



GT - Questão Social, Política Social e Serviço Social

Democratização do acesso à informação e Educação do Campo

Roberta Camila Alves Cavalcante¹

Mylla Monaliza Lima da Silva²

RESUMO

Este artigo realiza uma análise teórica e empírica dos desafios enfrentados pelas comunidades rurais no Brasil em relação ao acesso à informação e à educação, focando na qualidade e equidade da escolarização no campo. Por meio de uma revisão bibliográfica e documental, a pesquisa investiga como barreiras estruturais e sociais perpetuam desigualdades e impactam o desenvolvimento educacional rural. A análise revela a necessidade de estratégias integradas que abordem as especificidades do meio rural e promovam um desenvolvimento mais equitativo. Além disso, o estudo considera o histórico de desigualdades, o impacto dos movimentos sociais e as políticas públicas voltadas para o campo, com o objetivo de oferecer contribuições significativas para a melhoria da educação e da inclusão informacional nas áreas rurais.

Palavras-chave: democratização da educação; educação do campo; desigualdade digital.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação e à educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento equitativo de qualquer sociedade, contudo, no Brasil, as comunidades rurais enfrentam desafios significativos que comprometem tanto a qualidade quanto a equidade da educação no campo e do acesso à informação, processos que estão profundamente enraizados em um histórico de desigualdades e na falta de infraestrutura e recursos adequados.

Sendo assim, este estudo investiga os principais desafios que as comunidades rurais brasileiras enfrentam no acesso à informação e à educação, e como essas barreiras impactam a escolarização nessas áreas. O objetivo é explorar como essas dificuldades afetam a qualidade da educação e a equidade no campo, e identificar estratégias para superar esses obstáculos. Ao abordar essas questões, buscamos oferecer uma compreensão mais clara das complexidades envolvidas, partindo da necessidade urgente de avançar na democratização do acesso à informação e à educação nas áreas rurais onde as desigualdades são mais acentuadas. Apesar das diversas políticas públicas e iniciativas voltadas para o campo, observam-se grandes lacunas que perpetuam a exclusão e a marginalização dos camponeses.

Assim, este estudo pretende não apenas analisar as dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais, mas também refletir sobre as soluções possíveis, ressaltando o papel vital

¹ Mestranda em Serviço Social. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Questão Social, Política Social e Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: roberta.camila.017@ufrn.edu.br

² Graduanda em Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: mylla.silva.701@ufrn.edu.br



das bibliotecas como ferramentas de inclusão educacional, considerando-as agentes cruciais na promoção do acesso à informação e à educação.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1 DESAFIOS E CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A democratização do acesso à informação é um princípio fundamental para o desenvolvimento de sociedades democráticas e justas. Entretanto, esse conceito não se limita à simples disponibilização de dados, como aponta Amaral (1995), que considera a informação “um fator imprescindível para impulsionar o desenvolvimento da sociedade”. Segundo Miranda (1985 apud Amaral, 1995), a informatização tem provocado transformações significativas nas relações de poder dentro do estado moderno, modificando estruturas econômicas e refinando as dinâmicas do imperialismo. Isso evidencia o caráter político da informação, que se torna um indicador importante para classificar países com base na qualidade e na quantidade de informação que possuem.

Assim, a discussão sobre política e informação não é apenas sobre a garantia do direito à informação, mas também sobre como a posse e o controle dessa informação podem influenciar o poder e a justiça social. A democratização do acesso à informação, portanto, requer uma abordagem que vá além da mera disponibilização de dados. Envolve a garantia de que todos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham a oportunidade de acessar e utilizar a informação.

Contudo, a realidade brasileira demonstra que as desigualdades sociais ainda são um obstáculo significativo para a plena democratização da informação. Castro e Ribeiro (1998) apontam que o Brasil enfrenta disparidades regionais e socioeconômicas que impedem uma inclusão total na Sociedade da Informação. De acordo com os autores, “o que realmente existe são núcleos sociais de informação restritos a universidades e a instituições de pesquisa localizadas nas regiões mais desenvolvidas do país”, isto é, nos principais centros urbanos.

Nesse sentido, quando tratamos sobre democratização da informação e acesso à educação, torna-se necessário compreender a relação entre esses fatores e a questão agrária brasileira. Portanto, é fundamental uma análise da formação social brasileira, marcada por um histórico de desigualdades e concentração de terras. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o meio rural, especialmente no que se refere à educação, revela um cenário de tensões e conflitos decorrentes da disparidade na distribuição de recursos e oportunidades. No cerne dessa problemática está a contradição estrutural do capitalismo, que simultaneamente produz riqueza e miséria ao submeter a renda da terra ao capital (Martins, 1985).

A expansão do capitalismo resulta na expropriação e na imposição de novos padrões de subordinação sobre o camponês, mas também provoca resistência, como evidenciado pela formação do camponato e pela luta pela terra (Martins, 1985). Nesse contexto, os movimentos camponeses não se limitam a reivindicações por melhores condições de produção, mas ampliam suas ações para incluir saúde, educação, moradia e formação política, territorializando suas lutas e construindo uma identidade política (Fernandes, 2000).

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

A Educação do Campo, assim, emerge como uma resposta direta às complexidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais, sendo intrinsecamente ligada aos fundamentos da questão agrária. Ao analisar a formação social brasileira e o desenvolvimento de políticas públicas educacionais, percebe-se a importância da educação como instrumento de transformação e resistência no campo.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 representa um marco importante na democratização da educação no Brasil, como destacado por Pires (2013). Com o artigo 208, que define o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como um direito público subjetivo, a legislação brasileira criou as bases jurídicas para uma educação acessível a todos, dando suporte ao desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas.

Contudo, segundo Ribeiro (2012, p. 298), a educação rural no Brasil sempre esteve impregnada por uma concepção preconceituosa em relação ao camponês, desconsiderando os saberes acumulados por seu trabalho. Além disso, Ribeiro (2012) destaca que o fracasso da educação rural no Brasil foi em parte devido à influência de correntes como o "ruralismo pedagógico", que emergiu durante os debates dos anos 1930-1940, defendendo uma educação adaptada ao contexto rural, mas, na prática, muitas vezes reforçava estereótipos e mantinha o camponês preso a uma posição de subordinação ao sistema capitalista.

Conforme ressalta a autora, a política educacional voltada para o campo, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, refletiu essa subordinação, sendo fortemente influenciada por programas norte-americanos que não consideravam as realidades brasileiras. Conforme observa Ribeiro (2012), essas iniciativas partiam de uma visão externa, que via as populações rurais como marginalizadas do desenvolvimento capitalista e buscava integrá-las por meio de modelos de produção e educação que desconsideravam suas demandas reais e conhecimentos tradicionais.

Desse modo, ainda que o texto constitucional tenha garantido o direito à educação para todos, a educação do campo continuou a ser negligenciada na agenda política educacional até ser novamente abordada nos anos 1990, principalmente por meio dos movimentos sociais (Andrade e Di Pierro, 2004, p. 06).

A partir do final da década de 90, o Brasil rural vem se fortalecendo em consequência das políticas de acesso à terra, da ampliação dos projetos de créditos governamentais para a agricultura familiar e, principalmente, em razão da organização dos trabalhadores rurais, estimulada pelos movimentos sociais e sindicais que intensificaram as ações de retomada ou ocupação de terras e que traçam projetos e propostas de reforma agrária por melhores condições de vida para o campo, baseados em políticas de desenvolvimento rural sustentável. Mas as conquistas não são definitivas, gerais ou homogêneas. Não por acaso, nos municípios com maior concentração de população rural encontram-se ainda os mais baixos índices de desenvolvimento humano, as maiores taxas de analfabetismo, a maior incidência de práticas de exploração do trabalho infantil. (CARNEIRO; SOARES, 2010)

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) contribuiu significativamente para o avanço do debate sobre a Educação do Campo, especialmente através do I Encontro de



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) de 1998. O movimento “Por uma Educação do Campo” emergiu com o objetivo de renovar a qualidade pedagógica e corrigir a dívida histórica com a população camponesa, promovendo uma educação que valorizasse os saberes locais e as experiências vividas pelos trabalhadores rurais. Conforme Munarim (2008), o manifesto do ENERA consolidou os princípios fundamentais da Educação do Campo, destacando a necessidade de uma abordagem educacional inclusiva e adaptada às realidades dos diversos grupos rurais. Arroyo (2014) reforça que a ampliação da função social da escola é essencial para garantir que as populações rurais possam se reconhecer e se desenvolver por meio de suas próprias experiências e conhecimentos.

Nesse sentido, a reflexão sobre a política educacional no Brasil deve considerar a Educação do Campo como um componente crucial, sujeito às influências do contexto econômico, político e social, por isso, importa destacar que a perspectiva neoliberal tende a tratar os camponeses e o meio rural como meros recursos produtivos, limitando o reconhecimento e a valorização dos saberes locais e das especificidades do campo. Desse modo, as análises empreendidas neste estudo revelam a complexidade das interações entre o Estado e as políticas de desenvolvimento rural. Silva e Silva (2008) argumentam que a formulação de políticas públicas é moldada pelos interesses sociais e que a avaliação dessas políticas deve ser vista como um processo dinâmico e interligado, destacando que o papel das políticas públicas é ambíguo, pois, ao mesmo tempo, elas visam mitigar desigualdades e garantir a reprodução da força de trabalho, e também funcionam como mecanismos de controle social e manutenção da ordem existente, servindo aos interesses do capital.

Dentro desse panorama, as bibliotecas comunitárias e rurais surgem como instrumentos valiosos para a promoção da educação e do acesso à informação no campo. Essas bibliotecas, frequentemente geridas por comunidades locais, desempenham um papel crucial na democratização do acesso ao conhecimento e na valorização dos saberes locais. De acordo com Gomes (2018), as bibliotecas comunitárias surgem como espaços de leitura estabelecidos e geridos pelas próprias comunidades ou por instituições externas com o objetivo de atender ao público local. Essas bibliotecas são cruciais para a promoção do acesso à leitura e à informação, buscando integrar-se aos processos de planejamento e avaliação das políticas públicas, bem como envolver os cidadãos nessas práticas.

Segundo Costa et al. (2018), é possível observar um forte potencial de atuação social e cultural associado às bibliotecas comunitárias. Paulo Freire (1984) enfatiza essa função ao afirmar que:



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

A biblioteca popular, enquanto centro cultural e não apenas um depósito silencioso de livros, é fundamental para aprimorar e intensificar a leitura contextualizada. É necessário que a biblioteca popular incentive a realização de atividades em grupo, como verdadeiros seminários de leitura, que busquem tanto a compreensão crítica do texto quanto a experiência estética oferecida pela linguagem popular, rica em significados profundos" (FREIRE, 1984, p. 38).

De acordo com Carneiro e Soares (2010), a biblioteca tem sido recentemente incluída nas pautas de reivindicações dos movimentos sociais e sindicais, destacando sua importância no processo de desenvolvimento educacional e cultural. No entanto, as autoras apontam que, apesar de vários projetos de incentivo à leitura, a realidade mostra que as comunidades rurais frequentemente permanecem à margem dessas iniciativas. Com dados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” e os estudos de Fábio Sá Earp e George Komis, Carneiro e Soares revelam um quadro desolador para a leitura no Brasil, especialmente nas áreas rurais, onde o acesso aos livros e a políticas de incentivo à leitura são limitados.

O Programa Arca das Letras, lançado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, representa uma tentativa significativa de enfrentar essas lacunas ao instalar bibliotecas em comunidades rurais e formar agentes de leitura. Assim, de acordo com Carneiro e Soares (2010), a experiência das bibliotecas rurais, apoiada pelo Programa Arca das Letras, ilustra uma estratégia eficaz para enfrentar a desigualdade no acesso à leitura, à informatização e apoiar a educação no campo, alinhando-se com os princípios da Educação do Campo e ajudando a construir um ambiente educacional mais inclusivo e adaptado às necessidades locais.

Sendo assim, o papel da informação na educação do campo é de extrema importância, pois permite aos camponeses a compreensão do mundo ao seu redor e a participação ativa na construção de políticas públicas voltadas ao meio rural. Isto reflete o conceito de "democracia radical de alta intensidade" descrito por Santos (2007, p. 62), que define essa forma de democracia como a substituição das relações de poder por relações de autoridade partilhada, o que implica a possibilidade efetiva dos cidadãos de influenciar os processos decisórios que afetam suas vidas cotidianas, tanto no âmbito do poder estatal quanto nos espaços interativos da sociedade.

De acordo com Silva (2023), a informação desempenha um papel essencial no desenvolvimento comunitário, sendo a base para a aquisição de conhecimento e a formação de uma consciência crítica. Nesse contexto, a informação é crucial para a geração de conhecimento, uma vez que este não pode existir sem a informação. Além disso, a informação



pode fortalecer a identidade cultural ao proporcionar acesso a informações sobre a história, a cultura e as tradições das comunidades rurais, promovendo um sentimento de pertencimento e valorização da identidade local.

Assim, ao examinar os desafios do acesso à informação e à educação no meio rural brasileiro, é evidente que a herança histórica do campo e seus reflexos contemporâneos impactam significativamente a qualidade e a equidade da escolarização nesta área. Adicionalmente, Carneiro e Soares (2010) afirmam que "a inclusão social e o desenvolvimento sustentável no campo estão diretamente relacionados ao acesso à informação e à educação, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa" (p. 95). Eles destacam que "as bibliotecas comunitárias no campo representam um espaço de resistência cultural e de formação cidadã, promovendo a leitura como prática libertadora e incentivando o protagonismo dos sujeitos na construção de suas histórias" (Carneiro e Soares, 2010, p. 95). Esse entendimento reforça a ideia de que a democratização do acesso à informação deve ser considerada uma estratégia vital para a inclusão educacional e social e o fortalecimento da cidadania, particularmente em contextos de vulnerabilidade social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem teórico-metodológica baseada no materialismo histórico e dialético, adequada para investigar os desafios enfrentados pelas comunidades rurais no Brasil quanto ao acesso à informação e à educação. A escolha dessa abordagem permite uma análise profunda e dinâmica dos fenômenos sociais, considerando as categorias de totalidade, contradição e historicidade, que são fundamentais para compreender como as desigualdades e os obstáculos impactam a qualidade e a equidade da escolarização no campo.

O objetivo geral da pesquisa é explorar os desafios enfrentados pelas comunidades rurais no acesso à informação e à educação, investigando como esses obstáculos impactam a qualidade e a equidade da escolarização. Com este objetivo, a abordagem metodológica combina métodos quantitativos e qualitativos, fundamentada na análise de dados provenientes de diversas fontes, como o IBGE, IPEA e INEP, permitindo capturar tanto os aspectos mensuráveis das desigualdades educacionais quanto outras dimensões da realidade destes indivíduos. Segundo Prates (2012, p. 121), a integração de dados quantitativos e qualitativos é essencial para uma análise rica e detalhada, semelhante à abordagem de Marx em "O Capital"



(1989), que utiliza uma combinação de dados quanti-qualitativos para examinar a exploração do trabalho infantil.

Além disso, o estudo é orientado por contribuições teóricas de autores como Roseli Caldart, Paulo Freire e Miguel Arroyo, cujas obras abordam temáticas essenciais para discutir a democratização do acesso à educação. De modo que enquanto Caldart (2014) discute a importância da educação contextualizada para a realidade rural e Freire (1987) enfatiza a necessidade de uma educação que valorize os saberes locais e a participação ativa das comunidades, Arroyo (2014) reforça a ampliação da função social da escola como essencial para o desenvolvimento das populações rurais.

Dessa forma, a pesquisa não apenas descreve a realidade, mas também examina suas contradições e contribui para uma análise crítica das estruturas de poder e das relações de classe que influenciam a educação rural. A abordagem metodológica escolhida, portanto, visa não apenas entender os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, mas também contribuir com reflexões para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, promovendo uma educação de qualidade e acessível para todos.

Esta abordagem é particularmente útil para evitar reducionismos e captar a complexidade das relações sociais, conforme discutido por Minayo (2000). O estudo não se limita à descrição dos desafios, mas busca compreender as contradições e contribuir para uma análise crítica das estruturas de poder e das políticas educacionais no contexto rural. Por isso, o uso do método dialético é essencial para entender como as condições históricas e as relações de poder influenciam a realidade educacional no campo, oferecendo uma visão crítica e fundamentada das políticas públicas e suas implicações para a escolarização nas áreas rurais.

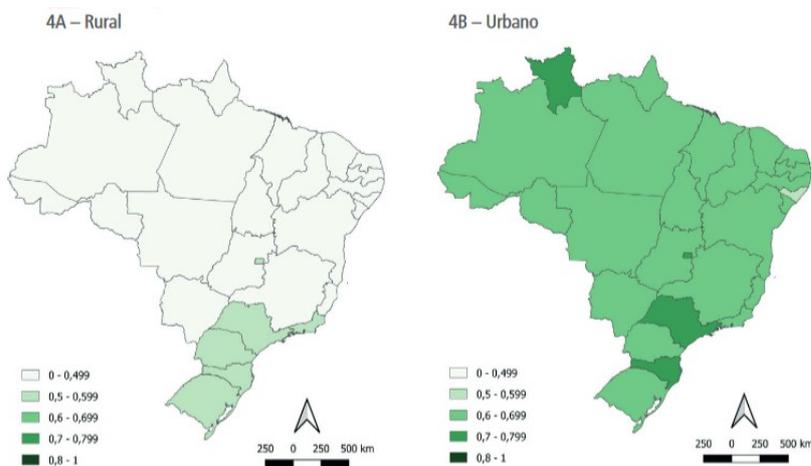
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos na revisão bibliográfica e documental revela aspectos importantes sobre a democratização da educação no meio rural, assim como também sobre o acesso à informação. Utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação (IDH-M-Educação), que avalia a média de indicadores relacionados à escolaridade e ao fluxo escolar de jovens e adultos, observou-se que, em 2010, a maioria das unidades federativas brasileiras apresentava índices muito baixos nas áreas rurais (Figura 1), e, embora a região Sul



tenha registrado condições relativamente melhores, os resultados ainda permanecem abaixo do ideal.

Figura 1 - Mapa ilustrativo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) - Educação por área rural e urbana



Fonte: PNUD, FJP e IPEA, 2021.

Outras fontes de informação coadunam para uma mesma realidade, isso porque ao analisar informações sobre o nível de escolaridade de pessoas de 10 anos ou mais residentes no meio rural verifica-se uma situação desafiadora em termos de acesso e conclusão de escolaridade. Dados do IBGE apontam que uma proporção significativa da população rural possui níveis muito baixos de escolaridade, com a presença de 2.1% com 4 anos de estudo e 1.2% com 5 anos indica que a conclusão do ensino fundamental é uma conquista rara para essa população.

Além disso, a porcentagem de pessoas com 6 a 9 anos de estudo é relativamente baixa, refletindo a dificuldade de acesso e a continuidade da educação no meio rural (Gráfico 1). Isso revela um sério gargalo na continuidade dos estudos e na conclusão do ensino médio e superior, evidenciando um sistema educacional que não consegue atender adequadamente às necessidades e expectativas da população rural.

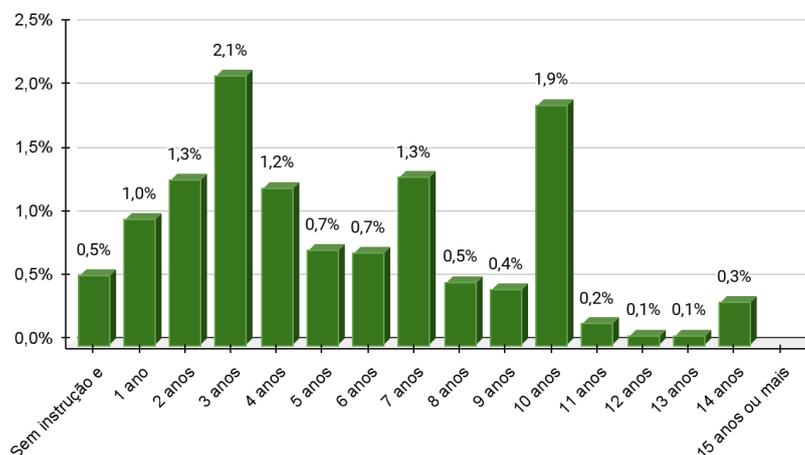
Gráfico 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por localização e anos de estudo



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

Quando abordamos o acesso à educação no meio rural, é crucial entender que os filhos dos camponeses enfrentam uma necessidade premente de integrar trabalho e estudo, uma vez que frequentemente iniciam suas atividades agrícolas precocemente para auxiliar suas famílias (Ribeiro 2012, p. 295).

Ao analisar dados do IBGE sobre as classes de rendimento mensal no meio rural revela que a maioria da população se encontra em faixas de rendimento muito baixas, com 2,8% ganhando até 1/2 salário mínimo e 3,9% em cada uma das faixas de mais de 1/2 a 1 salário mínimo e mais de 1 a 2 salários mínimos. Apenas uma pequena parte tem rendimentos superiores a 2 salários mínimos, com percentuais decrescentes nas faixas mais altas, e 2,5% da população não tem rendimento. Esses dados destacam a extrema limitação financeira enfrentada pela população rural, que pode afetar negativamente o acesso e a qualidade da educação.

De acordo com Lenzi (2010, p. 81), o sistema educacional brasileiro, baseado nos padrões da educação europeia, historicamente demonstra uma falta de interesse das autoridades públicas em reconhecer as necessidades das populações rurais, como agricultores, pescadores e comunidades tradicionais. Essa falta de reconhecimento resulta em um sistema educacional que prioriza as áreas urbanas em detrimento das necessidades educacionais do campo.

A educação voltada para as populações rurais tem sido moldada pelas demandas das elites agrárias e frequentemente marcada por uma abordagem assistencialista, que vê os habitantes do campo como carentes e atrasados. Andrade e Di Pierro (2004) apontam que, entre



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

1945 e 1960, as iniciativas de alfabetização tinham um viés assistencialista, tratando a população rural como socialmente desfavorecida e muitas vezes estigmatizada com termos pejorativos, como “jecas-tatus”, de modo que a inclusão escolar foi marcada por um número elevado de pessoas sem acesso adequado à educação.

Ribeiro (2012, p. 298) aponta que as diversas modalidades de educação rural implementadas no Brasil até a década de 1970, como centros de treinamento, cursos e semanas pedagógicas, foram influenciadas por uma visão externa, em grande parte norte-americana, apoiada por agências de fomento e pelo Ministério da Educação (MEC). Importa salientar que, nos anos 1960, o desinteresse do Estado em relação às escolas rurais abriu espaço para o surgimento de iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, e o Movimento de Cultura Popular do Recife, entre outras ações regionais (Lenzi, 2010, p. 111).

Embora a redemocratização tenha garantido constitucionalmente a educação para todos, a educação rural permaneceu marginalizada na agenda política educacional. Conforme Andrade e Di Pierro (2004, p. 06), o tema só voltou ao debate nos anos 1990, impulsionado pela atuação dos movimentos sociais.

Atualmente, apesar de uma tendência geral de redução da taxa de analfabetismo no Brasil, ainda persistem desafios significativos em relação à educação do campo e o acesso à informação. Dados mais recentes do IBGE (2024) mostram que, em 2022, o Brasil tinha 9,6 milhões de indivíduos com 15 anos ou mais considerados analfabetos, representando uma taxa de 5,6%.

Esses dados evidenciam que os desafios no acesso à informação e à educação no campo vão além das questões de alfabetização e anos de estudo, estendendo-se também às condições das instituições de ensino localizadas nessas áreas. De acordo com o Censo Escolar 2023 (Gráfico 3), houve uma redução no número de escolas rurais ao longo dos anos, diminuindo de 67.541 para 51.856, uma queda significativa de quase 24% (Gráfico 3).

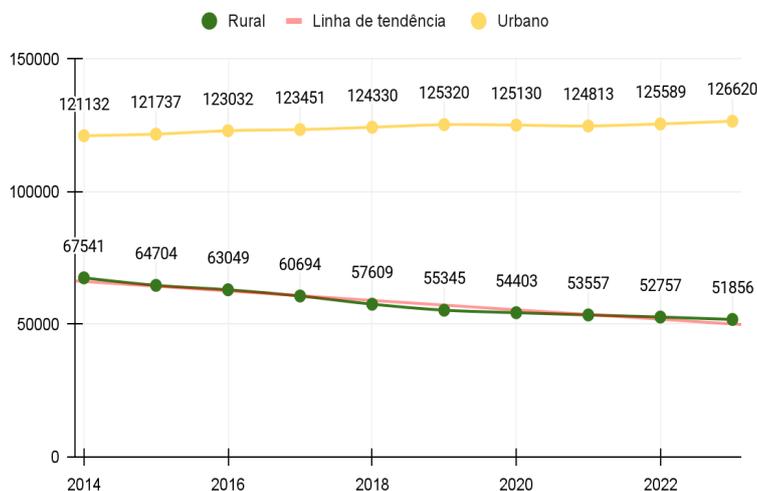
Gráfico 2 - Série histórica do número de escolas por localização



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024



Fonte: Censo Escolar 2023, INEP, 2024.

Essa diminuição no número de escolas rurais reflete um processo de centralização e fechamento de instituições no campo, muitas vezes justificado por questões de viabilidade econômica e demográfica, impactando profundamente as comunidades rurais, com o aumento das distâncias percorridas por estudantes até a escola mais próxima, a perda de vínculos comunitários e a diminuição da oferta de educação contextualizada à realidade do campo. Além disso, a infraestrutura das escolas rurais também enfrenta sérias limitações, especialmente no que diz respeito a recursos tecnológicos e educativos.

De acordo com o Censo Escolar 2023, embora 72,6% das escolas rurais tenham acesso à internet, apenas 53,8% contam com internet banda larga, e a maioria desse acesso é destinada ao uso administrativo (65,7%), com apenas 27,4% das escolas oferecendo internet para os alunos. A falta de conectividade adequada para fins pedagógicos limita a capacidade de integrar as tecnologias digitais ao ensino, essencial para a formação dos estudantes no contexto contemporâneo. Além disso, apenas 4,9% das escolas rurais possuem lousas digitais, e 40,2% têm computadores ou notebooks disponíveis para os alunos, enquanto a presença de tablets é ainda mais restrita, alcançando apenas 7,3%.

No que se refere à infraestrutura física e de recursos educativos, a situação é igualmente preocupante. Apenas 25,7% das escolas rurais têm bibliotecas ou salas de leitura e o acesso a laboratórios de informática é extremamente limitado, presente em apenas 12,4% das escolas, o que dificulta o aprendizado de competências digitais. As oportunidades para a prática



de atividades físicas também são restritas, com apenas 17,0% das escolas rurais contando com quadras de esportes.

Esses dados revelam uma infraestrutura inadequada para a oferta de uma educação de qualidade no meio rural, o que compromete o desenvolvimento integral dos estudantes e reforça as desigualdades educacionais entre o campo e a cidade. Desse modo, a análise dos dados apresentados reforça a complexidade dos desafios enfrentados na democratização da educação no meio rural brasileiro. O processo histórico de marginalização das populações rurais no acesso à educação, aliado às condições socioeconômicas adversas, perpetua uma realidade de desigualdade e exclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas neste artigo evidenciam a urgência de uma reavaliação profunda das políticas públicas voltadas para a educação no meio rural brasileiro. O cenário atual, marcado pela drástica redução no número de escolas rurais e pela inadequada infraestrutura das instituições restantes, assim como o acesso à tecnologias informacionais, reflete a persistência de desigualdades que comprometem o desenvolvimento integral dos camponeses. A diminuição significativa no número de escolas rurais e a falta de recursos tecnológicos e educativos adequados, como demonstrado pelos dados do Censo Escolar 2023, revelam a necessidade de ações efetivas para reverter essa tendência.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que as políticas públicas promovam não só a revitalização das escolas rurais e integrem a educação do campo ao projeto de desenvolvimento nacional, mas também a execução de um projeto de sociedade que considere os povos do campo. A educação no campo não pode ser vista apenas como uma extensão da educação urbana, mas sim adaptada, o que envolve a valorização do saber popular e das práticas locais, enriquecendo o currículo e fortalecendo a identidade cultural dos estudantes.

Portanto, para avançar rumo a uma sociedade mais justa e inclusiva, é necessário um compromisso renovado com a educação rural e a população do campo. Investir na infraestrutura das escolas, integrar saberes, ampliar os núcleos de informação e promover a valorização cultural são passos cruciais para garantir que a educação no campo atenda efetivamente às demandas e potencialidades das comunidades rurais. Somente assim será possível superar as barreiras históricas e garantir um futuro educacional mais equitativo para todos os brasileiros.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. R.; DI PIERRO, M. C. **A educação na reforma agrária em perspectiva: dados básicos para uma avaliação.** São Paulo: Ação Educativa; Brasília, DF: Pronera, 2004. Disponível em: http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2311/1/ensaio_introdutoriopronera.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.
- AMARAL, S. A. do. **Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional.** Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 24, n. 2, p. 95-103, 1995.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- CALDART, Roseli Salete (Org.); MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 295-301 e 326-332.
- CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. **SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: dilema para o bibliotecário.** Transinformação, [S. l.], v. 9, n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1589>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CUNHA, A. de A. R. da. **Biblioteca em área de assentamento rural: semente do saber.** 2014. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17 ed., 1987
- GOMES, J. **O papel do mediador de leitura nas bibliotecas comunitárias.** Revista Biblio, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, p. 20-30, jun. 2018.
- IBGE. **Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por localização e anos de estudo.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/272>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 12 jul. de 2024
- LENZI, Lúcia Helena Corrêa. **Eu não desisti!: os sentidos da escolarização retratados por estudantes adultos do campo.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.
- MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil: Terra e poder: o problema da terra na crise política.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 3, vol 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Educação no meio rural**: Diferenciais entre o rural e o urbano. PEREIRA, Caroline Nascimento. CASTRO, César Nunes de. (org.). Texto para discussão/IPEA: Brasília, 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 12 ago. de 2024.

RIBEIRO, Marlene. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 295-301.

SILVA, A. P. C. da; CAVALCANTE, L. E.; COSTA, M. de F. O. **O diálogo entre biblioteca e comunidade**: um estudo de caso acerca do perfil e das percepções dos usuários das Bibliotecas Comunitárias de Itaitinga, Ceará. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 23, n. 1, p. 39-54, jan. 2018.

SILVA, Laisa A. **Contribuições da Biblioteca Rural em Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Pernambuco**. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Pesquisa Avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras, 2008.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social**: uma relação necessária. *Textos & Contextos*: Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.